

REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sabrine Caroline da Silva Carvalho¹

Renata Cristina da Silva Assunção²

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a evolução do conceito e da estrutura da família, entender sua importância no desenvolvimento educacional das crianças e contextualizar o papel da família na educação infantil. A pesquisa busca revelar como a família, em suas múltiplas formas, permanece essencial para o desenvolvimento pleno da criança, colaborando com instituições educacionais para enfrentar os desafios contemporâneos da educação. A fonte desta pesquisa é essencialmente bibliográfica e as pautas associadas ao tema estão distribuídas em três seções, que vão abordar a evolução do conceito e da estrutura da família, a importância da família no desenvolvimento educacional da criança e a contextualização da educação infantil. Em síntese, o protagonismo da família na educação infantil é uma construção coletiva, na qual todos os envolvidos têm um papel fundamental. Quando escola e família trabalham em conjunto, proporcionam às crianças um ambiente rico em aprendizado, afeto e possibilidades de crescimento.

Palavras-chave: Família, Protagonismo, Educação infantil.

INTRODUÇÃO

A concepção de família vem passando por uma interessante jornada de transformação que moldam a trajetória da humanidade, GRISARD FILHO (2010, pág. 24) aponta que o termo família origina-se de *famulia*, por derivação de *famulus*, *i, do osco famel*, antigo povo que habitava a Itália central, designando o conjunto de pessoas submetidas à autoridade do pater famílias, e, por conseguinte, todos os escravos e o acervo patrimonial pertencentes a um Senhor. E, refletir sobre a evolução de uma instituição tradicionalmente vinculada a padrões específicos como os sociais, culturais e econômicos é tentar compreender que a família é uma entidade em constante desenvolvimento,

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, sabrinecarvalho99@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Paulista - UNIP, rcassuncao@ufpa.br

revelando-se essencial para melhor entendermos a sociedade moderna que abarca uma diversidade de formas e dinâmicas.

Além do núcleo afetivo, a família apresenta-se como a primeira e mais significativa instituição na formação intelectual, emocional e social da criança, e diante dos complexos desafios educacionais, em que ela é inserida, faz-se essencial compreender a importância única que a família tem nesse processo. Contudo nos primeiros anos de vida, quando as bases do saber estão sendo construídas, a família atua como a primeira enciclopédia repleta de afeto, apresentando às crianças às nuances da linguagem, dos valores e das dinâmicas sociais.

No cenário da educação infantil, a parceria entre a instituição educacional e a família, revela-se como uma aliança indispensável para o desenvolvimento pleno da criança. Nesse período, é essencial compreender que a educação na primeira infância não é um fenômeno isolado, mas uma experiência abrangente que se desdobra tanto nos espaços formais como nos informais.

A família, como instituição fundamental da sociedade, tem passado por transformações significativas, refletindo as mudanças nas relações interpessoais, nos valores e nas necessidades das pessoas. ROSALINO, 2018, afirma que “O surgimento da família, enquanto fenômeno histórico, sociológico e antropológico, relaciona-se com a evolução da própria sociedade humana organizada, havendo necessidade de se regulamentar um sistema de regras para organizar questões como parentesco, casamento e transmissão do patrimônio adquirido. ”

Destacando o complexo movimento entre a evolução da sociedade humana e a emergência da instituição da família como peça-chave deste complexo quebra-cabeça histórico, sociológico e antropológico, a família, não é uma entidade estática, mas revela-se como um ser dinâmico moldado por isso e se adapta e repete as mudanças e necessidades da sociedade que o abriga.

Portanto, ao contemplar a interconexão entre o surgimento da família e a evolução da sociedade humana, somos desafiados a enxergar a instituição familiar como não apenas uma resposta à necessidade, mas como um agente dinâmico que, ao longo dos séculos, tem desempenhado um papel vital na tessitura da complexa tapeçaria que é a história da humanidade.

A fonte desta pesquisa é essencialmente bibliográfica e as pautas associadas ao tema estão distribuídas em três seções, que vão abordar a evolução do conceito e da estrutura da família, a importância da família no desenvolvimento educacional da criança e a contextualização da educação infantil.

EVOLUÇÃO DO CONCEITO E DA ESTRUTURA DA FAMÍLIA

A origem da família, enquanto instituição social primária, está atrelada aos primórdios da história da humanidade. Surgiu de forma natural, fruto da necessidade que o ser humano tem de estabelecer relações afetivas de forma estável (NORONHA e PARRON, 2017).

A família se define em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. (BIROLI, 2014 p. 7). A autora ainda cita a definição de família dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica, ou normas de convivência residentes na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que more só em uma unidade domiciliar”. (BIROLI, 2014 p. 24).

No que se refere à formação básica tradicional de família, Noronha e Parron (2017) especificam que esta tem base na sistematização formulada pelo direito romano e pelo direito canônico, conhecida como família patriarcal (pai, mãe e filhos), na qual o pai é o chefe da família. Hoje temos diversos tipos de formação familiar além da tradicional, existem as famílias compostas por pessoas recasadas, adotivas, homossexuais e outras. Suas características e seu papel funcional estão sempre em transformação para se adaptar às mudanças que vão ocorrendo na sociedade e as necessidades que vão surgindo ao longo da vida.

[...] é necessário dizer que a historiografia brasileira nos leva a concluir que não existe “modelo de família” e sim uma infinidade de modelos familiares, com traços em comum, mas também guardando singularidades. É possível dizer que cada família possui uma identidade própria, trata-se na verdade, como afirmam vários autores, de um agrupamento humano em constante evolução, constituído com o intuito básico de prover a subsistência de seus integrantes e protege-los. (BARBOSA, 2011, p. 11).

A família é o primeiro grupo social do qual o ser humano participa. Ela se torna referência na vida de cada membro, independentemente de sua configuração. É com e na família que aprendemos e incorporamos a linguagem das palavras, dos símbolos, dos gestos, dos valores éticos e humanitários, formulamos juízos e criamos expectativas, e por meio dela obtemos as primeiras, e quase sempre, as mais importantes e significativas experiências afetivas.

Atualmente existem diversos tipos de estruturas familiares, entre as quais se destacam: as tradicionais – unidas pelo matrimônio; as de relacionamento estável; as monoparentais – pai ou mãe solteiro; e as famílias formadas por pessoas do mesmo gênero. Dessa forma, entende-se que a família está fundamentada no afeto, não importando sua origem ou formação.

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Néia e Cunha (2013, p. 42): “Os termos criança e infância não existiam até o século XVI [...] Aos sete anos a criança pequena era bruscamente jogada no mundo adulto tendo que assumir responsabilidades mesmo sem ter maturidade para certas novidades [...]”. As autoras destacam ainda que:

Na Idade Média, adultos e crianças tinham as mesmas vivências, bastava à criança ter o mínimo de autonomia e já realizava tarefas, seu aprendizado se dava através da observação e convivência nos espaços dos adultos; as meninas aprendiam os cuidados com o lar, serem boas esposas e mães; os meninos aprendiam a trabalhar, pois o homem era o provedor do sustento da família, e acesso a instrução era apenas para quem fazia parte da nobreza. (NÉIA, CUNHA, 2013, p. 42).

O processo de reconhecimento das necessidades específicas da criança pequena (0 a 6 anos) foi árduo, tanto que as primeiras (e muitas outras) iniciativas, projetos ou programas instituídos para “cuidar” dessas crianças, foram motivados por necessidades políticas e tinham o caráter assistencialista. O tratamento tal qual conhecemos hoje, regulamentado por leis e fundamentados em estudos e teorias médicas, psicológicas e pedagógicas, principalmente, demorou muito a se tornar realidade. Sobre os períodos turbulentos, Kuhlmann Jr (2011, p. 473) tece o seguinte comentário:

Até então, apenas crianças pequenas sem família eram atendidas em instituições. As Casas de Expostos recebiam os

bebês abandonados nas “rodas” – cilindros de madeira que permitiam o anonimato de quem ali deixasse a criança – para depois encaminhá-los a amas que os criariam até a idade de ingressarem em internatos.

Conforme o passar dos anos, surgem as primeiras creches, depois as instituições específicas para o cuidado da criança (amparar, proteger e guardar), fruto da necessidade de combater os altos índices de mortalidade, e articuladas por profissionais de diversas áreas do conhecimento e das ciências, com foco maior na higiene e na prevenção de doenças, resume Campos e Pereira (2015).

No Brasil, o reconhecimento legal em torno das necessidades e, portanto, dos direitos específicos das crianças de 0 a 6 anos, se tornou mais efetivo após a Constituição de 1988 e a questão educacional foi contemplada somente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

No caso brasileiro, apenas no final dos anos de 1980 reconheceu-se constitucionalmente o direito das crianças de zero a seis anos à educação. Posteriormente, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394) incluiu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, não apenas inaugurando um marco regulatório totalmente novo, como também repondo o desafio de sua articulação com o ensino fundamental. (CAMPOS, 2011, p. 218)

Campos (2011) também enfatiza que no Brasil, a institucionalização e expansão da educação infantil estão alicerçadas em duas hipóteses teóricas: a função assistencial e a função educacional. E que as instituições que atendem esse público infantil, não possuem um modelo único de atendimento e procedimentos, visto que algumas pendem mais para o lado assistencialista e outras para as questões educacionais. Segundo a autora, essa dualidade de modelos na educação infantil sugere a necessidade de ampliar as discussões e os estudos sobre a temática.

[...] evidenciam que a identidade da educação infantil como primeira etapa da educação básica ainda necessita ser consolidada. Apesar da farta produção acadêmica e mesmo da legislação educacional apontando sua especificidade, esse processo continua a ser desafiado não apenas pela tradição, mas pela lógica produtivista e mercantil do presente. (CAMPOS, 2011, p. 218).

Considerando o exposto, verifica-se que as diversas pautas envolvendo o tema educação infantil continuam em processo de transformação e evolução e que existem muitas arestas que necessitam ser aparadas. Pois, assim como um diamante bruto, as crianças nessa primeira fase da vida (0 a 6 anos) precisam ser lapidadas, não por imposição de regras ou determinações de cunho político e/ou assistencial, mas por meio de uma educação livre de amarras que lhe permita conhecer a si mesma (seu potencial), aos outros (crianças e adultos) e ao meio onde está inserida (contexto social).

A FAMÍLIA E O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DA CRIANÇA

O primeiro contato que a criança tem com a educação vem da família, pois é com este grupo que se estabelece a sua socialização primária. Com isso, a criança em seus primeiros anos de vida passa a receber uma educação informal, onde ela aprende a fazer a distinção do certo e do errado de acordo com os valores morais e éticos seguidos pelo grupo familiar no qual ela está inserida.

A aprendizagem é um processo individual, porque cada um tem um jeito de apropriar-se do conhecimento, o que acontece desde o nascimento e se estende por toda a vida. A aprendizagem envolve pensamento, afeto, linguagem e ação. Esses processos precisam estar em harmonia para que o sucesso seja obtido, e a família tem papel essencial e indispensável nesse processo. (BARBOSA, 2011, p. 11).

A diferença entre a educação formal e a informal é que em casa, os pais exercem uma autoridade maior sobre os filhos e a relação estabelecida é mais assimétrica. Enquanto que no âmbito escolar, ele sai de um meio onde obtém privilégios para passar a integrar um todo, no qual, tudo ao seu redor, irá depender de suas atitudes.

A meu ver, há um consenso na Psicanálise, entre os autores Freud, Lacan, Winnicott, Klein, Bion e Dolto quanto ao fato da função materna e da função paterna terem um papel central no desenvolvimento e estruturação do psiquismo da criança e na formação da personalidade do adulto. (BORGES, 2005, p. 14).

A proximidade entre a família e a escola, possibilita a criação de um melhor processo de ensino e aprendizagem. A conciliação família-escola é um processo que traz grande benefício para todos os envolvidos, principalmente para a criança. A família contribui ainda mais para o desenvolvimento da criança e ainda consegue estabelecer uma boa rotina desta junto aos demais membros da família (tios, avós, primos). Já a

escola, ao apresentar múltiplos saberes à criança, contribui para ampliar a perspectiva infantil e conduzir a criança, por meio da educação, ao desenvolvimento de um ótimo cidadão.

É incontestável a influência da “educação que vem de casa”, porém, este argumento também é contestável quando vemos o quanto a educação infantil é um importante gerador e facilitador de potencialidade, conhecimentos e novas visões que uma criança pode desenvolver. E quando o processo educativo encontra apoio na família, priorizando seu espaço e singularidades enquanto criança e seu tempo de aprendizagem, tudo fica completo, natural e eficaz.

Segundo Nérice (1972, p. 12): “A influência da Família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la”. Por outro lado, existem as famílias que atribuem à escola aquilo que moral e historicamente lhes cabe, ou então se iludem achando que a escola vai educar o filho (a) naquilo que não são ou foram capazes de ensinar, como por exemplo, limite e sexualidade. (BARBOSA, 2011, p. 11).

Ainda segundo Barbosa (2011, p. 14) não existe um modelo pré-concebido ou ideal de participação da família, principalmente dos pais, no cotidiano da educação escolar. A Autora sugere que:

As escolas devem procurar oferecer um menu que se adapte às características e necessidades de uma comunidade educativa cada vez mais heterogênea. A intensidade do contato é importante e deve incluir reuniões gerais e o recurso à comunicação escrita, mas, sobretudo os encontros esses agentes (escola e família). Intensidade e diversidade parecem ser as características mais marcantes dos programas eficazes. (BARBOSA, 2011, p. 14).

Entre as maiores dificuldades encontradas na integralização da família com a educação escolar infantil temos a omissão e a deficiência de atenção que a família dispensa à criança, seja em casa ou na escola. Muitas vezes a deficiência de atenção é justificada pelos pais, como falta de tempo devido às suas obrigações enquanto provedores da família. Existe omissão quando o núcleo familiar entende, mesmo que empiricamente, que as atividades propostas e os conceitos ensinados na escola não têm tanta importância, porque se trata de crianças, seus sentimentos e percepções são irrelevantes ou secundárias.

Dessa forma, se preconiza a crença de que somente a educação familiar irá surtir efeitos positivos na formação da criança e não acreditam, por exemplo, em métodos e atividades pedagógicas. Outra forma mais polêmica e importante é a total e completa omissão de responsabilidades dos pais e/ou responsáveis para com a vida, a saúde e o processo de formação da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um processo multifacetado que se desenrola em diferentes contextos. A família não é o único ambiente onde as crianças têm a oportunidade de viver experiências que envolvem a aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional. A escola também tem sua contribuição para o desenvolvimento do indivíduo, especialmente na aquisição de conhecimentos culturalmente organizados em diferentes áreas do conhecimento. Ambas as instituições desempenham papéis complementares na formação da criança.

O protagonismo da família se manifesta quando ambos trabalham juntos, compartilhando responsabilidades e conhecimentos. A ação de educar no que se refere ao ambiente escolar e familiar apresentam diferentes nuances em termos de objetivos, conteúdos, métodos, questões emocionalmente relevantes, formas de interação e diferentes contextos.

Na escola é onde está inserido o ambiente formal de aprendizado, onde os alunos adquirem conhecimentos acadêmicos, habilidades e competências. A educação formal fornecida pela escola é essencial para o desenvolvimento intelectual e a preparação para a vida adulta. Em contrapartida a família é o primeiro e mais importante ambiente social na vida de uma criança e desempenha um papel imposto e vivido no cotidiano das relações, moldando valores, atitudes e comportamentos é responsável por transmitir normas sociais, éticas e culturais.

Contudo a mutualidade entre família e escola ergue um papel fundamental no desenvolvimento educacional da criança, especialmente na educação infantil, Rego, 2003, destaca que “A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão[...]”, sinalizando que através de suas interações, os envolvidos (escola e família) influenciam nos processos evolutivos da criança. É necessário oferecer autonomia, permitindo que elas sejam co-responsáveis por suas escolhas e ações, isso contribui para o

desenvolvimento da autoestima e habilidades socioemocionais.

O protagonismo da família se concretiza quando os pais estão dispostos a ouvir e entender as crianças. É essencial dar espaço para que elas se expressem, compartilhem suas experiências e participem das decisões relacionadas à sua aprendizagem.

Reconhecer a criança como um sujeito histórico, de direitos e inserido socialmente é essencial. Em síntese, o protagonismo da família na educação infantil é uma construção coletiva, na qual todos os envolvidos têm um papel fundamental. Quando escola e família trabalham em conjunto, proporcionam às crianças um ambiente rico em aprendizado, afeto e possibilidades de crescimento.

REFERÊNCIAS

- Amazonas, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, L. M. S., & Silva, R. R. (2003). **Arranjos familiares de crianças de camadas populares.** *Psicologia em Estudo*, 8(especial), 11-20.
- BARBOSA, Juliana Silveira Branco. **A importância da participação familiar para a inclusão escolar.** 2011. Monografia de Especialização (Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar). Universidade de Brasília (DF) – EAD. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011_JulianaSilveiraBrancoBarbosa.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.
- BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos** (Coleção O Que Saber). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BORGES, Maria Luiza Soares Ferreira. **Função materna e função paterna, suas vivências na atualidade.** 2005. Dissertação de Mestrado (Psicologia). Universidade Federal de Uberlândia (MG). Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17265/1/MBorgesDISSPRT.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.
- CAMPOS, Rafaely Karolynne do Nascimento; PEREIRA, Ana Lúcia da Silva. Primeiras iniciativas de educação da infância brasileira: uma abordagem histórica (1870-1940). In: **XII Encontro Nacional de Educação - EDUCERE**, 2015, Curitiba. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16231_8814.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.
- CAMPOS, Roselane Fátima. Educação infantil: políticas e identidade. **Rev. Retratos da Escola**, v. 5, n. 9, p. 217-228, 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/7>. Acesso em: 05 out. 2019.
- DE AZEREDO, Christiane Torres. **O conceito de família: origem e evolução.**2020. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1610/O+conceito+de+fam%C3%ADlia:+origem+e+evolu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- GRISARD FILHO, Waldyr. Famílias reconstituídas - novas uniões depois da separação. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pág. 24.
- KUHLMANN JR, Moysés. Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 469-496
- NÉIA, Ana Paula; CUNHA, Marion Machado. A educação infantil e a família. **Rev. Eventos Pedagógicos**, v.4, n.1, p. 41 – 5º, mar – jul. 2013. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/1150/834>. Acesso em: 26 set. 2019.
- NÉRICI, Imídeo G. Lar, escola e educação. São Paulo: Atlas, 1972, 224 p.
- NORONHA, M M Soares; PARRON, Stênio Ferreira. **A evolução do conceito de família.** 2017. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170602115104.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.
- Rego, T. C. (2003). *Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades* Petrópolis, RJ: Vozes.
- ROSALINO, Cesar Augusto Oliveira Queiroz. Breves apontamentos sobre a evolução do conceito de família e sua adequação ao primado da dignidade da pessoa humana. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5614, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/36546>. Acesso em: 17 dez. 2023.

